

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima

Luiza Batista

Maria Alice Pinheiro

Edição de Arte

Luiza Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivone Barreto de Amorim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A838	<p>Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Ivone Barreto de Amorim. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-203-6 DOI 10.22533/at.ed.036202007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Amorim, Ivone Barreto de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores, aqui está o resultado de um trabalho feito em várias mãos, que envolve estudantes e pesquisadores de vários contextos do Brasil. Do lado de cá, na organização, professores com experiências e trajetórias diferentes usufruindo da confiança que receberam da Atena Editora, organizaram em 3 volumes, com dois eixos temáticos cada um, os 71 textos que culminam na Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”.

Uma temática atual e necessária, pois, coloca no centro da discussão científica a educação e seus atores, adornando, um diálogo que perpassa pelos aspectos históricos, políticos e culturais. Nesse cenário (educacional), novos e velhos problemas se encontram, e, por isso, se torna um cenário carente de políticas públicas educacionais eficazes. Socializar resultados de experiências e investigações que foram desenvolvidos muitas das vezes em contextos educacionais, primando pela resolução de problemas sociais de ordem diversas, é primordial.

O volume 3 da Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, é constituído de 23 textos, organizados em dois eixos temáticos por onde perpassam temas, que para nós da educação, nos são caros, tais como: aprendizagem, cidadania, ensino, escola, formação de professores, políticas públicas, pós-graduação, privatização, teorias do currículo, entre outros. Diante o exposto, percebe-se que temos aí, temas que são propulsores para uma boa reflexão. A tod@s, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
O USO DA TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Kleide Ferreira de Jesus Suely Cristina Soares da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.0362020071	
CAPÍTULO 2	11
PROJETO DE HORTA ORGÂNICA NA ESCOLA ESTADUAL FREI AMBRÓSIO – CÁCERES – MATO GROSSO - BRASIL	
Maura Rodrigues Palocio Adriely Luiza Ferreira Raoni de Cáceres Menezes Aleixo Luciana Melhorança Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.0362020072	
CAPÍTULO 3	20
OS MANUAIS DIDÁTICOS DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL DAS DÉCADAS DE 1940 E 1950 E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE	
Eder Ahmad Charaf Eddine Lícia Mara Pinheiro Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0362020073	
CAPÍTULO 4	27
PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE PAULO FREIRE: UM ESTUDO DE CASO, SITUAÇÕES DE OPRESSÃO VIVENCIADA POR MORADORES DA CIDADE DE CÁCERES - MT	
Amanda de Souza Vila Débora Oliveira de Marchi de Mei Dayanne Carla de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0362020074	
CAPÍTULO 5	36
PENSANDO SOBRE OS PAPÉIS DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA DO CORONAVÍRUS	
Walace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0362020075	
CAPÍTULO 6	46
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS DIMENSÕES CONCEITUAIS	
Jerry Wendell Rocha Salazar Edinólia Lima Portela	
DOI 10.22533/at.ed.0362020076	
CAPÍTULO 7	56
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: A EXPANSÃO PÚBLICO-PRIVADO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE (2003-2017)	
Matheus Lucas Silva de Souza Fabiana Araújo Nogueira	

Alda Maria Duarte Araújo Castro

DOI 10.22533/at.ed.0362020077

CAPÍTULO 8 69

PRÁTICA DOCENTE E ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: QUAL CAMINHO?

Tânia Mara dos Santos Bassi

Vilma Miranda de Brito

DOI 10.22533/at.ed.0362020078

CAPÍTULO 9 83

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Roberta Cristine de Andrade Passos

DOI 10.22533/at.ed.0362020079

CAPÍTULO 10 92

QUALIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES NO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Xirlaine dos Anjos Sousa

William Santos Nascimento

Géssica Natália Campos

DOI 10.22533/at.ed.03620200710

CAPÍTULO 11 100

RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: O QUE DIZEM OS ESTUDOS ACADÊMICOS?

Emilly Amorim Medeiros

Marcia Cristina Argenti Perez

DOI 10.22533/at.ed.03620200711

CAPÍTULO 12 111

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Marinete Aparecida Martins

Leonardo Mendes Bezerra

Leo Victorino da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03620200712

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II

CAPÍTULO 13 120

RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: OS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS NO ENSINO PÚBLICO

Rafael Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.03620200713

CAPÍTULO 14 127

SIMULADOR DE GASES

Guilherme Tavares Tel

Gabriel Felipe de Souza Gomes

Gabriel Tolardo Colombo

Isabela Antunes de Souza Lima

Marcos Cesar Danhoni Neves

DOI 10.22533/at.ed.03620200714

CAPÍTULO 15	133
THE REI MAGOS FORTRESS. BRAZIL. - AN ARCHAEOLOGICAL STUDY OF A SIXTEENTH CENTURY FORTIFICATION	
Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque Veleda Christina Lucena de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.03620200715	
CAPÍTULO 16	158
O USO DA TECNOLOGIA COMO FACILITADORA PARA RESOLUÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA VIRGILIA BEZERRA DE LIMA, DELMIRO GOUVEIA – AL	
Wilma Lima Maciel José Fábio Oliveira Conceição Maria Dias de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.03620200716	
CAPÍTULO 17	173
UM OLHAR DE HANNAH ARENDT SOBRE A ESCOLA. - VIOLÊNCIA VERSUS CIDADANIA	
Pedro Geraldo Saadi Tosi Lamia Jorge Saadi Tosi	
DOI 10.22533/at.ed.03620200717	
CAPÍTULO 18	188
UMA BREVE REVISÃO SOBRE TEORIAS DO CURRÍCULO	
João Paulo Buraneli Mantoan Rodrigo Leite da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.03620200718	
CAPÍTULO 19	200
UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.03620200719	
CAPÍTULO 20	214
PROGRAMA ALEGRIA - O USO DE FERRAMENTAS LÚDICAS NA EDUCAÇÃO E SAÚDE NO TRABALHO DENTRO DA MATERNIDADE	
Claudia de Lima Ribeiro Ana Paula Vieira dos Santos Esteves Mairon Mota da Silva Olinda Cizoski França Lara Emily Gomes Fernandes Viana Otávio Silva do Canto	
DOI 10.22533/at.ed.03620200720	
CAPÍTULO 21	222
UTILIZANDO UM JOGO VIRTUAL PARA ENFATIZAR CONCEITOS DE GRANDEZAS FÍSICAS NO ESTUDO DA ATMOSFERA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
José Carlos de França Erlânia Lima de Oliveira Antônio Kalielso Silveira de Mendonça Rafael Castelo Guedes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.03620200721	

CAPÍTULO 22	231
VIABILIDADE FINANCEIRA DO PROJETO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM ESCOLAS DE MINAS GERAIS	
Fábio Proença de Carvalho	
Robert Delano de Souza Correa	
André Filipe Soares Ramos	
Cristina de Souza Domingues Raposo	
DOI 10.22533/at.ed.03620200722	
CAPÍTULO 23	247
VÍDEO DE AULA PRÁTICA LABORATORIAL COMO METODOLOGIA ATIVA NA DISCIPLINA DE MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS	
Maria Karoline Leite Andrade	
Ana Livia de Araújo Pessoa	
Beatriz Lima Arnaud	
Claísa Andrea Freitas Rabelo	
João Mário Pompeu de Sousa Brasil	
Lenice Matos Lima	
Letícia Michelle Lima de Araújo	
Nildyane Carvalho Pontes	
Sofia Barros Freire	
Stefannie Alves Torres	
Victor Vincent Moraes de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.03620200723	
SOBRE OS ORGANIZADORES	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

PENSANDO SOBRE OS PAPÉIS DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA DO CORONAVÍRUS

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 18/04/2020

Walace Rodrigues

Universidade Federal do Tocantins – UFT
Araguaína – Tocantins

CV Lattes: [http://buscatextual.cnpq.br/
buscatextual/visualizacv.do?id=K4219192J3](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4219192J3)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9082-5203>

RESUMO: Este artigo nasce a partir de nossas reflexões acerca dos papéis da escola pública brasileira em épocas de pandemia do coronavírus. Como metodologia utilizamo-nos de uma pesquisa bibliográfica baseada em Libâneo (2005), Santos (2011), Freire (1996) e Rodrigues (2016, 2018, 2019), principalmente. Nossa análise tem cunho qualitativo e parte de nossas experiências pessoais enquanto agentes em instituições educacionais públicas. Este trabalho se justifica porque tenta pensar a escola pública para além de um organismo governamental para educar, mas com outras importantes funções sociais. Nossos resultados revelam os múltiplos papéis sociais desenvolvidos pela escola pública na atualidade, majoritariamente nas áreas com

alta vulnerabilidade social, e principalmente em épocas de crises sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Papéis sociais; Escola pública brasileira; Pandemia do coronavírus.

THINKING ABOUT THE ROLES OF THE BRAZILIAN PUBLIC SCHOOL IN TIMES OF CORONAVIRUS HEALTH CRISIS

ABSTRACT: This paper arises from our reflections on the roles of the Brazilian public school in times of coronavirus pandemic. As a methodology we used a bibliographic research mainly based on Libâneo (2005), Santos (2011), Freire (1996) and Rodrigues (2016, 2018, 2019). Our analysis is a qualitative one and it parts from our personal experiences as agents in public educational institutions. This paper is justified because it tries to think about the public school beyond a governmental institution just to educate, but with other important social functions. Our results reveal the multiple social roles developed by the public school today, mostly in areas with high social vulnerability, and especially in times of social crises.

KEYWORDS: Social roles; Brazilian public school; Coronavirus pandemic.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto busca pensar sobre a escola pública enquanto instituição voltada para a educação brasileira das populações mais carentes e sobre seus vários papéis na sociedade durante a crise sanitária pela qual atravessa o país em 2020: a grave crise do coronavírus.

Para este escrito, buscamos retornar a trabalhos que havíamos publicado em periódicos científicos e alargamos a pesquisa a trabalhos de autores renomados na área da educação, como José Carlos Libâneo (2005), Benerval Pinheiro Santos (2011), Paulo Freire (1996), e alguns documentos oficiais.

Nossa análise para este texto foi qualitativa, buscando refletir sobre situações escolares atuais a partir de nossa pesquisa bibliográfica e de nossa experiência na área da educação pública brasileira em todos os níveis.

Vale informar que em tempos de sucessivos cortes nas verbas da educação pública, desde a educação infantil à educação superior, pensar as múltiplas funções sociais da escola é mais do que relevante para a busca de uma valorização maior da escola pública enquanto importante instituição social que atende a uma população vulnerável e em áreas carentes de serviços do Estado.

2 | OS MÚLTIPLOS PAPÉIS DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA

Este texto busca pensar sobre os papéis da escola pública brasileira, principalmente aquelas nas periferias e zonas rurais, em tempo de pandemia do coronavírus. Nossa preocupação aqui é questionar como as escolas passaram de somente instituições de ensino para instituições de suprimento de necessidades básicas das pessoas atendidas por ela e de suas famílias.

Lembramo-nos de ter trabalhado em uma pequena escola municipal de Duque de Caxias – RJ, incrustada no começo de uma comunidade carente do distrito de Imbariê. As várias carências das crianças eram visíveis e a escola supria estas crianças com uniformes escolares completos, material escolar e merenda de qualidade. Recordamos que a refeição era supervisionada por uma nutricionista e feita por cozinheiras cuidadosas. E nós professores sempre almoçávamos ou jantávamos nas escolas onde trabalhávamos e não tínhamos o que reclamar da qualidade e da variedade da comida. Obviamente, isto não é uma constante em todas as escolas públicas brasileiras, principalmente em municípios pobres ou em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Neste sentido, vale lembrar que no Estatuto da Primeira Infância, Lei da 13.257, de 8 de março de 2016, a União reforça o direito das crianças, desde sua entrada na escola, à “saúde, a alimentação e a nutrição”, conforme passagem abaixo:

Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica. (BRASIL, 2016, Art. 5º).

Também, nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 garante a responsabilidade do Estado para com as crianças a partir de quatro anos de idade. Isso através da oferta de material didático-escolar, assistência à saúde, transporte de/para a escola, alimentação e qualidade educacional. Conforme a LDB:

Art. 4o O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...)

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 1996, Art. 4o).

Desta forma, podemos notar que a educação é sempre colocada como um dever do Estado, que deve prover oportunidades variadas que acabam, muitas vezes, por não serem efetivamente ofertadas aos estudantes. E tudo que os documentos oficiais apregoam e ordenam acaba por cair diretamente no colo da escola pública, seja ela bem equipada e organizada (como os Institutos Federais, por exemplo) ou seja ela rural e abandonada (como muitas escolas municipais que encontramos Brasil afora).

Vemos que a escola que atende à população mais carente sofre para educar condignamente seus estudantes e muitas vezes falha nesta empreitada, principalmente por falta de apoio governamental, seja ele financeiro, técnico, instrucional, etc.

As famílias dos alunos são acolhidas por uma escola “pobre” e que luta para sobreviver. Neste sentido, as múltiplas vulnerabilidades dessas famílias acabam por se refletir no rendimento das crianças, como informa a passagem seguir:

O ambiente familiar exerce influência considerável sobre o desempenho escolar dos alunos, e aqueles da classe social baixa, ainda quando começaram o processo de escolarização na idade regular, apresentaram rendimento inferior relativamente aos demais colegas e, não raras vezes, são reprovados e repetem o ano, o que, quando não os leva a abandonar a escola, coloca-os numa posição de desvantagem relativamente a seus colegas que foram bem sucedidos na carreira escolar. (COSTA apud SANTOS, 2011, p. 308).

Assim, as escolas públicas, com todas as suas fragilidades, acabam por perpetuar uma visão ideológica de uma sociedade dividida em variantes “castas”, que vão das mais pobres e às mais ricas. Obviamente que há um projeto político corrente (que tomou força a partir da década de 1990 no Brasil) baseado em uma ideologia de mercado e que deseja que os filhos da classe operária continuem a ser operários, perpetuando a pobreza dos

atuais estudantes e futuros profissionais.

Nesse contexto, a escola pública brasileira e que atende aos mais vulneráveis socialmente perpetua uma cruel ideologia de classe, de raça, de divisão social, etc. O professor José Carlos Libâneo (2005) informa-nos que:

Destaca-se no contexto social contemporâneo a contradição entre a pobreza de muitos e a riqueza de poucos, entre a lógica da gestão empresarial e as lógicas da inclusão social, ampliando as formas explícitas e ocultas de exclusão. As escolas e as salas de aula têm contribuído pouco para a superação dessas contradições, especialmente estão falhando em sua missão primordial de promover o desenvolvimento cognitivo dos alunos, correndo o risco de terem que assumir o ônus de estarem ampliando a exclusão com medidas aparentemente bem-intencionadas como a eliminação da organização curricular em séries, a promoção automática, a integração de alunos portadores de necessidades especiais, a flexibilização da avaliação escolar, a transformação da escola em mero espaço de vivência de experiências socioculturais (LIBÂNEO, 2005, p. 21).

Não estamos aqui colocando a culpa da exclusão social na escola pública, mas buscando revelar a necessidade de criticidade de seus atores em suas formas de organização e direção, sejam elas financeiras, administrativas, educacionais, etc. A educação, como nos diz Paulo Freire (1996) é e sempre será ideológica, pois carrega consigo uma visão de mundo que é refletida na escola pública. Ele nos fala que:

Saber igualmente fundamental à prática educativa do professor ou professora é o que diz respeito à força, às vezes maior do que pensamos, da ideologia. É o que nos adverte de suas manhas, das armadilhas em que nos faz cair. É que a ideologia tem a ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna “míopes”. (FREIRE, 1996, p. 141-142).

Ainda, todos aqueles que trabalham com educação devemos estar cientes dessa “miopia” que desejam nos infringir através das políticas públicas e de seus documentos oficiais carregados de uma ideologia de mercantilização da educação escolar:

O discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano. (...) O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. (FREIRE, 1996, p. 144).

Por este caminho, os agentes envolvidos na escola pública devemos compreender a escola também como um mecanismo ideológico do Estado, como vemos no atual governo, pelo viés do currículo escolar. Esse processo de alteração contundente dos currículos escolares tomou força a partir do golpe de 2016, durante o governo Temer, e num movimento de cima (governo federal) para baixo (instituições escolares).

Rodrigues (2016, p. 224) informa-nos que “o currículo é muito mais do que uma simples enumeração de diretrizes e conteúdos a serem trabalhados no âmbito escolar. Ele pode ser entendido como uma construção histórico-cultural dos saberes escolares e vem sofrendo, ao longo do tempo, transformações em suas definições”. Assim, mudar o currículo escolar pode corroborar para uma mudança ideológica da sociedade estudantil e desses futuros cidadãos adultos.

Parece-nos claro que o “Estado não almeja educar a todos os seus cidadãos com qualidade, mas perpetuar um país onde a gritante diferença de classes sociais deve ser preservada” (RODRIGUES, 2018, p. 159). E essa ideologia da perpetuação da desigualdade acaba por abarcar a escola pública, refletindo na fraca escolarização científica da população e num aumento da visão tecnicista de ensino, sempre voltada para a empregabilidade da população mais carente.

Neste sentido, Benerval Santos (2011) vê a escola brasileira como “um mecanismo de triagem social”, onde uma cruel seleção social acontece. Ele nos diz que, historicamente, a escola brasileira “cumpriu um papel de triagem social e não o de constituir-se como um espaço/instituição para a construção de cidadãos afinados com seus anseios, desejos e problemas relacionados às necessidades sociais” (SANTOS, 2011, p. 313).

A partir desta visão de Santos, a escola foi “auxiliando” na seleção social daqueles que poderiam, por exemplo, entrar nos cursos superiores mais concorridos das universidades públicas, dos que deveriam ser técnicos nas indústrias ou mesmo daqueles que seriam excluídos do sistema educacional formal (seja por mau comportamento, seja por desatenção, seja por enfermidades, etc). Mas não pensemos que a escola pública executou tal tarefa de forma proposital, mas ela foi historicamente sendo organizada dentro de uma lógica de exclusão social à brasileira, tão típica de uma sociedade desigual como é o caso da nossa.

Esse mecanismo de perpetuação da pobreza a que a escola pública está submetida pode ser claramente visto em momentos de crise. Um exemplo claro Brasil afora é a “transformação” das escolas públicas em abrigos temporários em épocas de enchentes, tão frequentes num país tropical como o nosso e onde a população vive em habitações precárias e sem o devido planejamento estatal do território.

E neste exato momento em que estamos passando por um período de crise sanitária pela infecção generalizada do novo coronavírus, a escola volta a ter suas funções flexibilizadas, atuando diretamente junto às suas comunidades carentes.

Em uma reportagem de Heloísa Mendonça para o periódico EL PAÍS e intitulada “Três semanas sem merenda escolar em São Paulo: Já deixei de almoçar para alimentar meus filhos”, notamos a necessidade das escolas públicas de continuarem fornecendo alimentação para seus estudantes. Sem tal alimentação (algumas vezes a única que as crianças pobres têm no dia inteiro) os estudantes podem passar por visíveis privações nutricionais.

Na reportagem mencionada, uma mãe relata sua dificuldade em alimentar seus seis filhos em época que não se pode trabalhar por causa do perigo do contágio do coronavírus. A reportagem nos conta que:

Nas últimas três semanas, Elaine Torres Santos, de 32 anos, já deixou de almoçar algumas vezes para não faltar comida no prato dos seis filhos. Desempregada há mais de dois anos, ela viu a situação financeira se complicar ainda mais quando as escolas

públicas de São Paulo foram fechadas no dia 23 de março, na tentativa de combater a disseminação da pandemia de coronavírus. “Eles tomavam café, almoçavam, tomavam lanche e janta fora. As bebês gêmeas [de 3 meses] iam para creche. Quando eles chegavam eu só dava algo antes de dormir para dar uma reforçada”, diz ela, que explica que os filhos passavam quase todo o dia fora, já que frequentavam a escola e o Centro para Criança e Adolescente (CCA), da Prefeitura, que também fechou as portas. A história de Elaine é semelhante à de várias outras famílias de baixa renda, que têm sofrido com os impactos da pandemia e aguardam com bastante dificuldade a ajuda prometida pelos governantes, que ainda não saiu do papel. (EL PAÍS, 2020, s/p).

Para uma população carente, como no caso de Elaine Torres Santos, o que ganham de programas governamentais, como o Bolsa Família - PBF ou o Benefício de Prestação Continuada - BPC (este último ofertado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda), não é suficiente para alimentar toda a família. E é neste momento em que as escolas públicas suprem necessidades alimentares básicas de seus estudantes mais carentes.

Assim, a situação de falta de alimentação diária ofertada pelas escolas públicas, mesmo que as famílias ganhem cestas básicas dos mais diferentes organizações, é mais um agravante para os mais pobres brasileiros. Além disto, estas cestas básicas recebidas para serem doadas aos mais vulneráveis de determinada região serão distribuídas através da escola pública da área ou terão articulação organizacional a partir desta escola.

Compreendemos que vivemos as incertezas da pandemia do coronavírus e dos efeitos do isolamento social, mas tal crise sanitária somente exacerba a grande vulnerabilidade social da maior parte dos brasileiros. Sobre as incertezas da pandemia do coronavírus, o filósofo e educador Edgar Morin (2020) fala-nos que:

O que é muito interessante, na crise do coronavírus, é que ainda não temos certeza sobre a própria origem desse vírus, nem sobre suas diferentes formas, as populações que ataca, seus graus de nocividade. Mas também estamos passando por uma grande incerteza sobre todas as consequências da epidemia em todas as áreas, sociais, econômicas, etc... (...) A chegada do coronavírus nos lembra que a incerteza permanece um elemento inexpugnável da condição humana. Todo o seguro social em que você pode se inscrever nunca poderá garantir que você não ficará doente ou será feliz em sua casa. (MORIN, 2020, s/p).

A partir da fala de Morin podemos ter uma certa esperança na solidariedade das pessoas para com a humanidade das outras. Em tempos de crise é quando as instituições sociais são fortemente marcadas e os laços sociais repensados. E a escola pública coloca-se neste ambiente solidário e de valorização da vida, principalmente em relação à alimentação.

Lucilene Cury, trabalhando a partir dos pensamentos de Morin, comenta-nos sobre a esperança deste educador e filósofo em relação ao homem e seus potenciais de se auto abstrair, até mesmo em relação à ética (orientando o comportamento humano para o bem coletivo e não individualista):

A condição do homem no planeta está sempre presente no pensamento universal, que busca entender como se constrói a consciência da espécie humana. Em um tempo marcado pela racionalização e pela lógica cartesiana, o autor se propõe a ir à busca

de um sujeito responsável, ético, solidário e, ao mesmo tempo, poético – um sujeito autônomo cujo conhecimento “progride não tanto pela sofisticação, formalização e abstração, mas principalmente pela capacidade de contextualizar e englobar”. Assim, o ser humano reencontra-se na união das suas dimensões naturais (biológica, física, viva) e supranaturais (pensamento, cultura e consciência). Morin entende a razão, a consciência, o homem, o planeta e o cosmos como sistemas vivos que alimentam e realimentam a condição do pensamento em uma tetralogia: ordem, desordem, interação e reorganização. Trata da incerteza como condição natural do pensamento e da produção humana. Fator gerador do avanço das ciências e do entendimento da espécie e do planeta, **a incerteza presente em tudo que foi criado pelo homem enfatiza a necessidade de consciência e de compreensão da nossa condição de seres humanos, bem como da consciência ética e da sociedade.** No seu pensamento integrado, ele não separa o ser humano, que denomina sujeito responsável de suas atitudes em relação a si mesmo, do mundo e das coisas. Por isso, também a ética faz parte do ser e do agir na sociedade. Nesse sentido, as finalidades não são impostas como nas sociedades individualistas. (CURY, 2012, p. 44-45, negrito nosso).

Esperamos que surja, depois desta pandemia, uma reação social brasileira a partir de uma ética de mais cuidados para com os idosos, para com as crianças, para com os enfermos e para com os mais vulneráveis socialmente. Tal ética do cuidado e do aconchego talvez possa mudar um pouco os pensamentos que grande parte da sociedade brasileira. E essa nova lógica tem relação aos serviços ofertados por instituições sociais, como hospitais, postos de saúde, escolas, corpos de bombeiro, etc. Instituições estas que lidam com o ser humano e que devem, de alguma forma, salvá-lo, oferecendo novas chances de vida, novas esperanças.

Podemos verificar, ainda, que tal enfermidade pandêmica pode atingir a qualquer um de nós, pobres ou ricos, brancos ou negros, e isso deve nos levar a refletir sobre nossa condição humana e nossa empatia para com o “outro” que vive em nossa sociedade. Morin, sobre o caso francês, relata sobre esta empatia para com os funcionários da saúde:

O interesse individual dominou tudo, e agora a solidariedade está despertando. Olhe para o mundo hospitalar: esse setor estava em profundo estado de dissensão e descontentamento, mas, diante do influxo de pacientes, demonstrou extraordinária solidariedade. Mesmo confinada, a população entendeu isso bem e respondeu aplaudindo, à noite, todas as pessoas que se dedicam e trabalham para elas. Este é, sem dúvida, um momento de progresso, pelo menos em nível nacional. (MORIN, 2020, s/p).

Neste sentido, esperamos que os governos e a população olhem para as escolas públicas com um novo olhar, mais humano e mais receptivo, reconhecendo as importantes funções sociais desempenhadas por essas instituições educacionais, que não somente tentam educar uma população pobre e carente de muitos bens (monetários, simbólicos, culturais, sociais, entre outros), mas trazer alívio em tempos de crise ou quando são solicitadas a auxiliar suas comunidades locais.

3 | ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho buscou pensar um pouco sobre os múltiplos papéis sociais desenvolvidos pelas escolas públicas, principalmente nas áreas mais pobres e em tempos de crise. Como, neste momento, atravessamos uma séria crise sanitária, a do coronavírus, pensar sobre as mais variadas funções sociais da escola pública parece mais que oportuno.

Tentamos pensar como em um país marcado por desigualdades de todos os tipos, como é o caso do Brasil, de que forma tal crise afeta as nossas instituições escolares públicas. Verificamos que as escolas públicas brasileiras sempre servem de abrigo em caso de catástrofes naturais e durante importantes momentos locais, como no caso de enchentes, de deslizamentos, de vacinações em massa, etc. E neste momento de crise do coronavírus, as escolas públicas podem desenvolver novas funções sócias, distribuindo comida, dando apoio psicológico, abrindo seus espaços para a sociedade e auxiliando para conscientizar tal sociedade sobre aquilo que pode ser feito para minimizar os efeitos da pandemia.

Neste sentido, a instituição escolar pública necessita ser olhada com mais atenção pelo poder público e não como um lugar onde uma ideologia de perpetuação da pobreza e da desigualdade social deve acontecer. Se não melhorarmos as visões deturpadas acerca da escola pública, correremos o risco de afetar diretamente a vida das crianças mais pobres e que dependem desta escola. Como Rodrigues (2019) informa-nos sobre a educação pública ofertada a partir da mais tenra idade escolar:

[...] a educação pode funcionar como um mecanismo de abertura de oportunidades sociais para os estudantes menos favorecidos sócio e financeiramente, vemos que a vulnerabilidade educacional que atinge as crianças em fase escolar infantil pode levar a mais desigualdade social do que já temos hoje. Além de aumentar o gap educacional entre ricos e pobres de nosso país. (RODRIGUES, 2019, p. 81).

Vemos que a exacerbação das fragilidades de assistência aos estudantes das escolas públicas, principalmente em relação à falta de acesso à alimentação oferecida pelas escolas em tempos de crise sanitária, como atravessamos agora, é algo que deve ser seriamente pensado, pois as escolas públicas deixaram de ser locais somente para a oferta de educação formal, mas tornaram-se em instituições sociais de múltiplas funções para as populações mais carentes. É através dessa escola pública rural e de periferia que grande parte dos estudantes tem sua refeição mais nutritiva caloricamente.

Dessa forma, os programas de alimentação aos mais socialmente vulneráveis deve priorizar as escolas públicas e a oferta de alimentação saudável e nutritiva para seus estudantes, pois sabemos que muitos de nossos alunos somente têm uma refeição ao dia: aquela oferecida pela escola. E no momento atual de demonização da educação pública, de seus agentes e de recorrentes cortes financeiros, lutar por uma escola pública com múltiplas funções sociais parece ser algo mais do que necessário.

Não podemos nos esquecer que tais escolas públicas estão em áreas vulneráveis e que elas talvez sejam as únicas instituições governamentais que oferecem serviços sociais. A importância da escola pública brasileira deve, portanto, ser repensada em uma época de humanização das instituições sociais e de uma valorização ética do Estado em relação às pessoas, principalmente incluindo as mais necessitadas.

Esperamos, portanto, passada a pandemia do coronavírus, que as pessoas tenham maior compreensão da importância da escola pública em áreas carentes e que ela exerça não somente a função de ensinar, mas também de alimentar, de servir como centro de apoio social e de referência humanitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Primeira Infância** - Lei da 13.257, de 8 de março de 2016. Ministério da Educação. Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB**. Edição atualizada até março de 2017. Disponível em: < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf?sequence=1 >. Acesso em 16 abr. 2020.

CURY, Lucilene. Revisitando Morin: os novos desafios para os educadores. IN: **Comunicação & Educação**. Ano XVII, n. 1, jan/jun 2012, pág. 39-47. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/44901/48531>>. Acesso em 16 abr. 2020.

EL PAÍS. **Três semanas sem merenda escolar em São Paulo**: “Já deixei de almoçar para alimentar meus filhos” Reportagem de Heloísa Mendonça. Disponível em <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/tr%C3%AAs-semanas-sem-merenda-escolar-em-s%C3%A3o-paulo-%E2%80%9Cj%C3%A1-deixei-de-almo%C3%A7ar-para-alimentar-meus-filhos%E2%80%9D/ar-BB12krkS?li=AAggXC1&ocid=mailsignout&fbclid=IwAR3KogkmZz5kcyHXRqGt9j1sf5mZjG3DxsQDAzc8s3up5dDRnuZ_kZaBvfk>. Acesso em 16 abr. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na Educação. IN: **Educação na era do conhecimento em rede e da transdisciplinaridade**. LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, A. (org.). Campinas: Alínea, 2005, pág. 19-63.

MORIN, Edgar. As certezas são uma ilusão. IN: **Fronteiras do pensamento**. CNRS - Le Journal por Francis Lecompte - 09.04.2020. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/entrevistas/edgar-morin-as-certezas-sao-uma-ilusao>>. Acesso em 16 abr. 2020.

SANTOS, Benerval Pinheiro. **A escola brasileira**: um mecanismo de triagem social. IN: **Educação popular em tempos de inclusão**: pesquisa e intervenção. SANTOS, Benerval Pinheiro; NOVAIS, Gercina Santana; SILVA, Lázara Cristina da (org.). Uberlândia: EDUFU, 2011, pág. 291-315.

RODRIGUES, Wallace. Construindo o conceito de vulnerabilidade educacional. IN: **Revista Panorâmica**. Barra do Garças – MT, vol. 24, jan./jun. 2018, pág. 151-160. Disponível em: <<http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/article/view/755/19191983>>. Acesso em 16 abr. 2020.

RODRIGUES, Wallace. Reflexões sobre o III Fórum de Licenciaturas da UFT: o currículo como campo de batalhas ideológicas. IN: **Revista Entreletras** (Araguaína/TO). V. 7, n. 2, ISSN 2179-3948 – online, jul./dez. 2016, pág. 221-231. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/2996>>. Acesso em 28 mar. 2020.

RODRIGUES, Wallace. Vulnerabilidade Educacional na Educação Infantil: Um Problema de Políticas Públicas. IN: **Revista Porto das Letras**. Vol. 05, Nº 01, 2019, pág. 75-84. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/5276/14836>>. Acesso em 16 abr. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 2, 3, 5, 9, 11, 13, 14, 20, 23, 38, 54, 55, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 86, 88, 91, 95, 96, 98, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 114, 117, 118, 119, 125, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 184, 190, 191, 196, 197, 198, 202, 204, 210, 213, 222, 224, 228, 229, 236, 248, 249, 251, 252, 253, 255

Arqueologia Militar 134

Atividades Lúdicas 215, 217

Atmosfera Terrestre 222, 223, 224, 225, 226, 229

C

Cidadania 13, 49, 55, 84, 96, 123, 125, 164, 173, 174, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 196, 251

D

Deficiência Intelectual 69, 71, 72, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 103, 107, 204

E

Educação Ambiental 12, 13, 14, 17, 18, 19

Educação do Campo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10

Educação e Saúde 214, 215, 217

Educação e Tecnologia 111, 114, 117

Educação Pública 37, 43, 57, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 99, 120, 121, 122, 123, 124, 126

Ensino Fundamental 11, 13, 14, 16, 32, 69, 94, 98, 109, 124, 159, 160, 164, 171, 204, 205, 208, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 236, 237, 239, 240, 241

Ensino Religioso 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126

Escola 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 25, 26, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 87, 88, 90, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 120, 122, 123, 124, 125, 158, 159, 160, 163, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 192, 193, 194, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 219, 222, 224, 226, 228, 229, 233, 235, 236, 238, 239, 241, 243, 244, 246, 252, 253, 254, 255

Expansão 51, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 118, 162, 163, 180

Experimento Didático 127

F

Formação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 49, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 104, 107, 112, 117,

118, 119, 121, 123, 124, 125, 158, 173, 174, 176, 179, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 216, 223, 226, 227, 228, 229, 241, 249, 251, 252, 253, 254, 255
Formação de Professores 7, 22, 23, 26, 81, 82, 112, 117, 188, 189, 193, 198, 203, 254, 255
Fortificação 134, 157

G

Gases 127, 128, 130, 131, 143, 144

Gestão da Educação 46, 48, 54, 55

I

Ímãs 127, 128, 129, 130, 131

J

Justiça Curricular 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

M

Microbiologia 247, 248, 249, 250, 251, 252

Monitoria 248

O

Opressão 27, 30, 31, 32, 33, 34

Oprimido 10, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

P

Pandemia do Coronavírus 36, 37, 41, 44

Papéis Sociais 36, 43

Política 4, 5, 7, 10, 32, 33, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 62, 66, 68, 70, 77, 78, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 106, 120, 125, 158, 174, 175, 176, 181, 193, 197, 200, 206, 209, 212, 216, 217, 220, 233

Políticas Públicas 3, 5, 38, 39, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 68, 83, 84, 88, 89, 99, 109, 173, 174, 175, 185, 200, 204, 205, 209, 210, 213, 217, 236, 255

Pós-Graduação 34, 46, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 83, 111, 115, 158, 193, 200, 213, 246, 254, 255

Práticas Curriculares 92, 93

Práticas Pedagógicas 7, 47, 69, 72, 78, 81, 96, 118, 197, 249

Privatização 58, 62, 66, 67, 83, 84, 85, 86, 87, 234, 244

Psicologia Educacional 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

R

Relação Escola-Família 100, 101, 103, 106

S

Sustentabilidade 11, 12

T

Tecnologia 1, 2, 7, 9, 58, 63, 87, 111, 114, 117, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 230, 248, 249, 252, 253, 254

Teorias do Currículo 188, 189, 198, 199

V

Viabilidade Financeira 231, 242, 243

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br